

ÍNDICE

Capítulo I – Os Fundamentos para a Intervenção do Estado na Economia de Mercado	17
1. Introdução	19
2. As falhas do mercado	19
2.1 Os bens públicos	20
2.2 Distorções no mercado	21
2.3 Externalidades	22
2.4 Redistribuição do rendimento	24
2.5 A função estabilização do Estado	25
3. Conclusões	25
Capítulo II – Impostos Proporcionais ou Progressivos sobre o rendimento das pessoas singulares?	29
1. Introdução	31
2. Os impostos proporcionais e progressivos	31
2.1 Enquadramento	31
2.2 Eficiência	31
2.3 Equidade	32
2.4 Os impostos proporcionais	35
2.5 Os impostos progressivos	36
2.5.1 Progressão contínua	37
2.5.2 Progressão por dedução	37
2.5.3 Progressão por classes	39
2.5.4 Progressão por escalões	41
2.6 Comparação entre um imposto proporcional e um imposto progressivo	43
3. Impostos proporcionais ou impostos progressivos: que opção?	45
Capítulo III – As Restrições Orçamental e Intertemporal e a sustentabilidade das Finanças Públicas	47
1. A restrição orçamental	49
2. A sustentabilidade da dívida pública e a restrição intertemporal	52
2.1 Enquadramento	52
2.2 Restrição orçamental intertemporal	53

3. Reestruturação ou não da dívida portuguesa?	54
--	----

Capítulo IV – Efeitos Fiscais das realizações de Utilidade Social, de Donativos e de Criação de Emprego, em sede de IRC e de IRS 57

1. Introdução	59
2. Realizações de utilidade social	60
3. Donativos ao Estado e a outras entidades	62
4. Mecenato	65
4.1 Mecenato científico e Mecenato cultural	65
4.2 Mecenato científico	65
4.3 Mecenato cultural	66
5. Donativos atribuídos por pessoas singulares	67
6. Obrigações acessórias das entidades beneficiárias	68
7. Quotizações a favor de Associações Empresariais	69
8. Criação de emprego	69
9. Conclusões sobre os gastos relacionados com os donativos, as realizações de utilidade social e a criação de emprego	70

Capítulo V – Do Saldo Orçamental Global ao Saldo Estrutural 73

1. Introdução	75
2. Limitações do Saldo Orçamental Global (SO)	75
3. O Saldo Estrutural	77
3.1 Definição e cálculo	77
3.2 A lei de Enquadramento Orçamental e o Saldo Orçamental Estrutural	78

Capítulo VI – Tributação dos Emigrantes em sede de IRS 81

1. Introdução	83
2. Conceito de residência	84
3. A dupla tributação internacional	86
4. Convenções para evitar a dupla tributação internacional	87
5. A tributação dos trabalhadores em sede de CDT	88
6. Eliminação da dupla tributação internacional	90

Capítulo VII – A nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e o novo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) 93

1. Introdução	95
2. Porquê fazer a mudança? Quais os objetivos?	97
3. Eixos de implementação.	99
4. Os principais desafios de transição para o SNC-AP	102
5. Documentos de prestação de contas	104
5.1 A Lei de Enquadramento Orçamental (LEO)	105
5.2 Sistema de normalização contabilística para a Administração Pública (SNC-AP)	105
5.3 Tribunal de Contas	106
5.4 Proposta em resumo	107
5.5 Relatório de gestão	110
5.6 Indicadores.	114
5.7 O que é o Relatório Integrado (<i>Integrated Reporting <IR></i>)?	118
5.8 Suporte tecnológico	122
5.9 O Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro	124
6. Linhas gerais do SNC-AP.	127
6.1 Aplicação pela primeira vez (regime geral).	131
6.2 Subsistema da contabilidade financeira	131
6.3 Subsistema da contabilidade orçamental	139
6.4 Regime simplificado	141
6.4.1 Introdução.	141
6.4.2 Estrutura e conteúdo da Norma de Contabilidade Pública para pequenas entidades (NCP-PE)	142
6.4.3 Modelos de Relato.	143
6.5 Normas de Contabilidade Pública	144
6.5.1 Introdução.	144
6.6 Notas para preparação do Anexo às demonstrações financeiras	146
6.7 O impacto esperado do SNC-AP na <i>Accountability</i> Pública.	149
6.7.1 O que é a <i>Accountability</i> Pública?	150
6.7.2 Entidade Contabilística do Estado (ECE)	153
7. Conclusões	154
Capítulo VIII – O Tribunal de Contas e os Desafios do Futuro	157
1. Introdução	159
2. Controlo da Administração Financeira do Estado (CAFE)	160
2.1 Que tipos de controlo? Quem os exerce?	160

2.2	Reforço da interação entre AR e TC no quadro do CAFE.	162
2.3	Aprofundamento do que é e como funciona o Tribunal de Contas	164
3.	O Tribunal de Contas e o século XXI	166
3.1	De onde veio, para onde vai?	166
3.2	O TC como auditor nos novos modelos de <i>Governance</i>	168
3.3	O TC como auditor da Administração Pública Digital	171
3.4	O TC como «auditor da Sustentabilidade»	174
3.4.1	Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável	175
3.4.2	ISC, INTOSAI e os objetivos do Desenvolvimento Sustentável	177
3.4.3	É o Tribunal de Contas Português capaz de influenciar a aplicação dos ODS?	181
3.5	O TC como «consultor» – mais pedagogia?	185
4.	E, como corolário, veja-se o Plano Trienal de Médio Prazo do TC	188
5.	Conclusão	
 Capítulo IX – A Teoria da Administração e o Controlo Financeiro . . .		193
	Introdução	195
1.	Administração Pública	195
1.1	Origem e evolução da Administração Pública.	195
1.2	Administração Pública – modelos de reforma.	196
1.3	A crise do «Estado de Welfare»	198
1.4	O managerialismo.	199
1.5	A nova Gestão Pública.	200
1.6	Modelo de New Public Service	201
2.	A relação entre o Estado e a Administração Pública	202
3.	Administração Pública e Administração Financeira.	203
3.1	Controlo financeiro da Administração Pública	204
3.2	Controlo dos Dinheiros Públicos.	207
3.3	Controlo Financeiro no contexto do Estado.	211
3.4	Instrumentos do Controlo Interno	214
3.5	O controlo externo e o Tribunal de Contas	222
3.5.1	Estrutura, organização e funcionamento do Tribunal de Contas	226
3.6	Atribuições e jurisdição	227
4.	Tribunal de Contas e Atividade de Controlo Financeiro	232
a.	Controlo financeiro	232

4.1 Instrumentos do Controlo Externo	238
4.1.1 Procedimentos de controlo	243
4.2 Tipos de controlo	245
4.2.1 Controlo Externo	245
5. Conclusão	249

Capítulo X – Os Tribunais de Contas – sua importância, caracterização e papel nas sociedades modernas

Introdução	251
1. Tribunal de Contas português	256
2. Breve evolução histórica de 1389 a 1761	259
2.1 De 1832 a 1911	263
2.2 A reforma salazarista e o Tribunal de Contas	265
2.3 De 1976 à atualidade	267
3. Composição e relações do Tribunal de Contas	273
4. Os Tribunais de Contas das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa	275
5. O Tribunal de Contas Europeu	277
6. Breve escopo sobre as ISC na Europa	278
6.1 Corte dei Conti	279
6.2 Tribunal de Cuentas	280
7. Considerações finais	281

Capítulo XI – Espécies e tipos de controlo do Tribunal de Contas

Introdução	287
1. Quadro Jurídico geral	287
1.1 Enquadramento constitucional	287
1.2 Enquadramento normativo ordinário	288
1.3 Inserção do Tribunal de Contas na estrutura do Estado	289
2. Entidades controladas pelo Tribunal de Contas	290
3. Conclusão	292

Capítulo XII – A atividade de controlo do Tribunal de Contas – a fiscalização prévia

1. Introdução	295
2. Fiscalização prévia como atividade de controlo externo do Tribunal de Contas	296

a) Conceito de fiscalização prévia	296
b) A fiscalização prévia na estrutura organizacional do Tribunal de Contas	299
3. Contratos Públicos como objeto de controlo e fiscalização pelo Tribunal de Contas	300
a) Instrução do processo para submissão ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia	303
b) Visto prévio do Tribunal de Contas	305
4. Conclusão	309
Capítulo XIII – A Responsabilização Financeira e a Boa Governança	311
1. Instrumentos de controlo	313
2. Efetivação da responsabilização	315
3. A boa governança e o Tribunal de Contas	316
3.1 A «nova» governança pública	316
3.2 A boa governança	320
3.3 O contributo do Tribunal de Contas para a Boa Governança	323
4. Conclusão	326